

Despachos

Exmo.Sr. Presidente do TCE/PE, no uso de suas atribuições proferiu os seguintes despachos: Petce 57587 – Antônio José M. de Vasconcelos, autorizo;Petce 57793 – Kátia Maria T. Reis Borba, autorizo;Petce 12462 – Maria do Rosário M. Cavalcanti, indefiro. Recife, 27 de setembro de 2006.

O Sr. Diretor de Gestão de Pessoas do TCE/PE, no uso das atribuições conferidas pela Portaria 064/06, proferiu os seguintes despachos: Petce 59003 – Maria Júlia de A. L. Oliveira, autorizo; Petce 59024 – Maria Uilma R. dos Santos Sousa, autorizo;Petce 59110 – Edson Seabra da Silva, autorizo;Petce 53274 – Jorge Augusto S. de Albuquerque, autorizo;Petce 59125 – Igia Maria de A. B. Moreira, autorizo;Petce 59126 – Maria Cecília C. Cavalcanti, autorizo;Petce 59143 – Marcelo Pereira da Silva, autorizo; Petce 59190 – Claudia Álvares da S. V. Ferreira, autorizo. Recife, 27 de setembro de 2006.

Notificação

NOTIFICAÇÃO: Fica notificado o Sr. AGAMENON JOSÉ DE LIMA a apresentar defesa ref. ao Proc.TC nº 0405020-4 (PCE/Repasse a Terceiros - Assoc. Beneficente Porto da Cidadania/Pref. Mun. Jaboatão dos Guararapes , ex. 2001), no prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, a contar da data desta publicação, sob pena de considerarem-se verdadeiros os fatos levantados no Relatório de Auditoria constante dos autos.

ADAILTON FEITOSA FILHO
DIRETOR GERAL, em 27/09/06.

Acórdãos

PROCESSO T.C. Nº 0670192-9
PENSÃO PREVIDENCIÁRIA
INTERESSADA: MARIA DO CARMO DA SILVA LIMA, JOSÉ FÁBIO DE LIMA SILVA e LUCIANO JOSÉ DA SILVA LIMA
ADVOGADO:
RELATOR: AUDITOR RICARDO JOSÉ RIOS PEREIRA – CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 4051/06

EMENTA: Legal a concessão de pensão previdenciária a beneficiário de ex-servidor público, de acordo com a legislação vigente.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0670192-9, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria nº 209/2006, do Prefeito do Município do Buíque, de 24 de maio de 2006, que concedeu pensão previdenciária a MARIA DO CARMO DA SILVA LIMA, JOSÉ FÁBIO DE LIMA SILVA e LUCIANO JOSÉ DA SILVA LIMA, viúva e filhos menores, respectivamente, do ex-servidor daquela Prefeitura, ANTÔNIO MIGUEL DE LIMA, cuja matrícula era de nº 0035, com a fundamentação legal constante na citada portaria, contando-se os seus efeitos a partir de 05 de dezembro de 2005, fixando em favor de cada um dos interessados a pensão mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais), equivalente a 33,33% da totalidade dos proventos que vinha percebendo o ex-servidor, ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Vencimento de Guarda Municipal,, em 05/12/05	R\$ 260,00
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – 10%	R\$ 26,00
Subtotal	R\$ 286,00
Complemento para assegurar remuneração não inferior ao salário mínimo	R\$ 14,00
Total	R\$ 300,00
Cota – 33,33%	R\$ 100,00

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.
Recife, 27 de setembro de 2006.
Conselheiro Severino Otávio Raposo - Presidente da 2ª Câmara em exercício
Auditor Ricardo José Rios Pereira - Conselheiro em exercício e Relator
Conselheira Teresa Duere
Fui presente: Dr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior - Subprocurador Geral

PROCESSO T.C. Nº 0602467-1
PENSÃO PREVIDENCIÁRIA
INTERESSADA: MARIA APARECIDA CAVALCANTI DE LIRA
ADVOGADO:
RELATOR: AUDITOR RICARDO JOSÉ RIOS PEREIRA – CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 4052/06

EMENTA: Legal a concessão de pensão previdenciária a beneficiário de ex-servidor público, de acordo com a legislação vigente.
VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0602467-1, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria-FUNAPE nº 596, do Diretor-Presidente da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, publicada no Diário Oficial do Estado em 24 de março de 2006, que concedeu pensão previdenciária a MARIA APARECIDA CAVALCANTI DE LIRA, viúva do ex-segurado daquela Fundação, SEVERINO FONSECA DE LIRA, inscrição nº 033.324-3, com a fundamentação legal constante na citada portaria, contando-se os seus efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2006, fixando em favor da interessada a pensão mensal no valor de R\$ 1.845,35 (um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), equivalente à totalidade dos proventos que vinha percebendo o ex-segurado, ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Vencimento de Agente de Polícia, QAPC-II, em 25/01/06	R\$ 634,15
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – 30%	R\$ 380,49
Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal	R\$ 196,56
Gratificação de Risco pelo Exercício de Função Policial	R\$ 634,15
Total	R\$ 1.845,35

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.
Recife, 27 de setembro de 2006.
Conselheiro Severino Otávio Raposo - Presidente da 2ª Câmara em exercício
Auditor Ricardo José Rios Pereira - Conselheiro em exercício e Relator
Conselheira Teresa Duere
Fui presente: Dr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior - Subprocurador Geral

PROCESSO T.C. Nº 0303264-4
APOSENTADORIA
INTERESSADA: GENEDITE SOARES DO AMARAL
ADVOGADO:
RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO CORREIA
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 4053/06

EMENTA: Legal a aposentadoria, por invalidez, de funcionário público, com proventos integrais, de acordo com a legislação vigente.

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Luís Romeu Cavalcanti da Fonte; **Vice-presidente:** Severino Otávio Raposo Monteiro; **Corregedor:** Fernando José de Melo Correia; **Diretora da Escola de Contas:** Maria Teresa Caminha Duere; **Ouvidor:** Valdecir Fernandes Pascoal; **Conselheiros:** Carlos Porto de Barros, Fernando José de Melo Correia, Luís Romeu Cavalcanti da Fonte, Maria Teresa Caminha Duere, Severino Otávio Raposo Monteiro e Valdecir Fernandes Pascoal; **Auditor-geral:** Luiz Arcoverde Cavalcanti; **Procuradora-geral:** Maria Nilda da Silva; **Diretor-geral:** Adailton Feitosa Filho, **Diretor-geral adjunto:** Osvaldo Gouveia de Oliveira; **Chefe do Núcleo de Comunicação:** Inaldo Sampaio; **Gerente de Jornalismo:** João Melo; **Gerente de Criação e Editoração:** Eduardo Montenegro; **Gerente de Relações Públicas e Cerimonial:** Inês Corrêa; **Jornalistas:** Fabiana Gonçalves e Patrícia Cardoso; **Estagiárias:** Ana Luísa Freitas, Ana Luíza Cerqueira, Ana Paula Alves, Bárbara Travassos, Manuela Alcoforado e Yacy Ribeiro; **Fotografia:** Marília Auto; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Cavalcanti; **Endereço:** Rua da Aurora, 885, Boa Vista – Recife-PE – CEP: 50.050-910 – Fones: **PABX** - 3413.7600. **Imprensa** - 3413.7671. **Fax** **Presidência** - 3423.1512. **Ouvidoria** - 0800.811027.



Nosso endereço na Internet <http://www.tce.pe.gov.br>



A CEPE atesta a autenticidade do presente documento na data de 28/09/06 08:16
NUMERO DO PROTOCOLO: P852796233499 - diario.cepe.com.br | Série do certificado digital: 65141834035808547409747912198906677779

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2005 a Agosto/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	Set/2005 a Ago/2006

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	101.684
Pessoal Ativo	79.910
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 1)	20.871
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	903
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	(11.513)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Indenizações Trabalhistas	(247)
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(1.383)
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(9.883)

TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	90.171
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (IV)	7.187.889
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (III / IV) * 100	1,25%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1,56%>	112.131
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <1,48%>	106.381

FONTE: SIAFEM 2005 - DADOS DEFINITIVOS
SIAFEM 2006 - DADOS PROVISÓRIOS
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2006
Nota 1: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.

Luís Romeu Cavalcanti da Fonte
Presidente do TCE-PE

Adailton Feitosa Filho
Diretor Geral do TCE-PE

Henrique Anselmo Silva Braga
Contador - CRC-PE 14.240 / O-9

Francisco Sifônio de Sousa
Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0303264-4, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria nº 0035/2006, do Prefeito do Município de Custódia, de 24 de janeiro de 2006, que aposentou GENEDITE SOARES DO AMARAL, matrícula nº 000.197/3, Auxiliar de Serviços Gerais, com a fundamentação legal constante na citada portaria, fixando em favor da interessada os proventos mensais integrais no valor de R\$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:
Remuneração do Cargo Efetivo, em 24/01/06 (Data da Portaria) R\$ 384,00
Total R\$ 384,00

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.
Recife, 27 de setembro de 2006.
Conselheiro Fernando Correia - Presidente da 1ª Câmara e Relator
Conselheiro Valdecir Pascoal
Auditor Ruy Ricardo Harten Júnior - Conselheiro em exercício
Fui presente: Dra. Eliana Maria Lapenda de Moraes Guerra - Procuradora Geral Adjunta

PROCESSO T.C. Nº 0602650-3
PENSÃO PREVIDENCIÁRIA
INTERESSADO: ELIAS MENDES MARINHO
ADVOGADO:
RELATOR: AUDITOR RICARDO JOSÉ RIOS PEREIRA – CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
ACÓRDÃO T.C. Nº 4054/06

EMENTA: Legal a concessão de pensão previdenciária a beneficiário de ex-servidor público, de acordo com a legislação vigente.
VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 0602650-3, **ACORDAM** à unanimidade os Conselheiros da 2ª

Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente Decisão, em considerar legal a Portaria-FUNAPE nº 620, do Diretor-Presidente da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, publicada no Diário Oficial do Estado em 24 de março de 2006, que concedeu pensão previdenciária a ELIAS MENDES MARINHO, viúvo da ex-segurada daquela Fundação, MARIA SANTA DE OLIVEIRA MENDES, inscrição nº 131.334-3, com a fundamentação legal constante na citada portaria, contando-se os seus efeitos a partir de 21/11/2005, fixando em favor do interessado a pensão mensal no valor de R\$ 380,05 (trezentos e oitenta reais e cinco centavos), equivalente à totalidade dos proventos que vinha percebendo a ex-segurada, ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Vencimento de Professor, Classe I, FS-a, em 21/11/05	R\$ 230,34
Gratificação Adicional por Tempo de Serviço-25%	R\$ 57,58
Gratificação de 40%	R\$ 92,13
Total	R\$ 380,05

Remeta-se o Processo à Repartição competente, para cumprimento desta Decisão.
Recife, 27 de setembro de 2006.
Conselheiro Severino Otávio Raposo - Presidente da 2ª Câmara em exercício
Auditor Ricardo José Rios Pereira - Conselheiro em exercício e Relator
Conselheira Teresa Duere
Fui presente: Dr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior - Subprocurador Geral

PROCESSO T.C. Nº 0540196-3
APOSENTADORIA
INTERESSADO: PEDRO RODRIGUES DE MELO
ADVOGADO:
RELATOR: AUDITOR RICARDO JOSÉ RIOS PEREIRA – CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA